

**Conexões urbanas e fabris: experiências, cultura e identidades de classe
(Volta Redonda-RJ, 1970-1980)**

EDUARDO ÂNGELO DA SILVA*

Este artigo apresenta, de forma geral e sucinta, alguns dos resultados de pesquisa da dissertação “‘Arigós’ e ‘peões’ na ‘Cidade do Aço’: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980)”, defendida no ano de 2010, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGH/UFRRJ). Tal trabalho destinou-se a uma tentativa de articulação entre as propostas da história social do trabalho e uma história social urbana. Pretendeu-se observar como a dinâmica econômica brasileira, da qual a Companhia Siderúrgica Nacional foi importante protagonista, desde sua criação nos anos 40, se relacionou à forma como essa indústria gestou sua força de trabalho. O marco mais importante identificado nesta trajetória, após os anos democráticos (1945-1964), foi a fratura causada pelo Golpe de 1964 na relação estabelecida entre os trabalhadores e a empresa. As mudanças na política social da CSN, assim como as alterações do modelo econômico vigente, se tornariam alvo de uma disputa entre diferentes interpretações formuladas por diferentes agentes envolvidos no processo. Em Volta Redonda, pudemos identificar como importantes atores envolvidos na dinâmica social daqueles anos – por exemplo, os militares – interpretaram os impactos do Golpe sobre a classe trabalhadora. Na outra ponta da vivência daquele processo, nos debruçamos sobre a experiência dos trabalhadores da localidade buscando a rearticulação de seus referenciais identitários, a partir de tal mudança, os quais irão indicar, a partir de então, as novas fraturas e amálgamas internos à classe.

O Golpe de 1964: ruptura econômica e política e interpretações à direita

Sem adentrarmos nos vieses do conflito que culminou com o Golpe de 1964, é certo afirmar a importância da ação dos trabalhadores e do crescimento dos movimentos

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contou com o apoio de bolsa de estudos CAPES durante a realização do curso.

grevistas para o conflito político em questão, quando suas demandas ligadas aos temas do debate político nacional, lutas pelas “Reformas de Base”, juntamente à pressão por eles exercida pela recuperação de seu poder aquisitivo, os tornaram importantes interlocutores no debate estabelecido quanto à solução da crise, no período anterior ao Golpe (MATTOS, 2005:77-100). Entretanto, o embate nacionalmente estabelecido tomou contornos locais, de acordo com as singularidades históricas vividas pelos coletivos de trabalhadores em luta.

Como exemplo dessa consideração, quanto à margem de ação dos trabalhadores na busca de seus interesses e as formas históricas que tomaram, podemos citar um evento envolvendo os operários da CSN. Em 1963, reunidos em assembléia, reivindicaram à empresa 50% de aumento salarial, entre outros pontos. A Companhia propôs 35%. Tal fato levou a uma grande mobilização em que os trabalhadores se declararam em assembléia permanente e o presidente do sindicato (Lima Neto), juntamente com a Comissão de Salários, seguiu para Petrópolis para uma conversa com João Goulart, que, a princípio, propôs um aumento de 45%, mas acabou concordando com os 50%. Segundo um ex-líder sindical, numa passagem acerca deste episódio, havia um movimento sindicalista em Volta Redonda “lutando e defendendo” sem a necessidade de greve (MOREL, 1989:397). A forma de mobilização adotada e sua qualificação pelo antigo sindicalista nos remetem, para além do contexto mais amplo em questão, à formação desse coletivo e à constituição daquela usina.

Os trabalhadores de Volta Redonda construíram uma importante margem de ação no jogo político instituído nos anos democráticos (1945-1964). Contudo, tanto o papel da usina no panorama da política econômica nacional quanto o panorama político de então passariam por profundas transformações nos anos posteriores. A gestão daquela estatal nos anos de chumbo entraria em choque com as práticas políticas e percepções culturais construídas anteriormente.

Nos debates políticos dos primeiros anos da década de 1960, aos economistas “cepalinos” ou “estruturalistas”, que defendiam a continuidade do modelo de substituição de importações, porém com os devidos ajustes presentes nas “Reformas de Base”, se opunham o grupo dos economistas liberais, como Eugênio Gudim e Otávio Gouveia Bulhões, autores que defendiam um modelo liberal de economia de mercado e desconsideravam qualquer especificidade da economia brasileira que justificasse uma

ação do Estado de forma distinta da ação estatal nos países de economia avançada. O mercado, com seu sistema racional de preços, garantiria por si mesmo o bom funcionamento da esfera econômica. O argumento sustentado por estes economistas era de que na raiz do problema estava o “populismo econômico”, causador da instabilidade monetária e do clima inadequado aos investimentos privados. Um dos desequilíbrios gerados pela política populista, segundo estes economistas, era a superação do crescimento da produtividade pelo aumento das folhas de pagamento, o que era identificado como um “populismo salarial”. O debate entre estruturalistas e liberais teve fim com o golpe civil militar de 1964. O novo governo garantiu o poder necessário para a realização de reformas conservadoras de cunho liberal, com vistas à estabilização econômica. Dentre outras características recessivas, a política adotada seria baseada na contenção de gastos públicos.

Com relação às estatais, dada a posição central que conquistaram no processo de acumulação anterior, seria extremamente prejudicial tentar desalojá-las da nova estrutura. Além disso, os militares também tinham suas razões para apoiá-las. Sua abolição teria significado um menor controle da economia. Apesar das convicções favoráveis ao *laissez-faire* de muitos dos que apoiaram inicialmente os militares, o principal impacto de sua subida ao poder foi a centralização da política econômica. Para a CSN, maior produtora de aços planos nos anos 50, com grande *know how* no setor, o planejamento autoritário reservou papel estratégico.

Em meio à crise dos anos 60, período de retração do mercado de produtos siderúrgicos, houve o controle governamental dos preços do aço e a autorização de reajuste para o setor privado. Essas medidas diminuiriam o capital de giro das estatais intensificando suas crises financeiras. No caso da CSN, a empresa foi obrigada a incorporar empresas privadas à beira da falência e reorganizá-las, o que exigiu capital e pessoal para tanto. Seu lucro líquido decaiu de 1963 a 1967, recuperando-se apenas a partir de 1968. Segundo Moreira:

A situação de crise foi enfrentada pela Companhia com a adoção de diversas medidas de contenção de custos, como a redução de quadros, mudanças na política de gestão da força de trabalho e arrocho salarial, contando para isso com as facilidades advindas da repressão determinada pelo governo ao movimento sindical. Nesse mesmo sentido a CSN alterou sua política de distribuição de moradias promovendo através da Cecisa [Imobiliária Santa Cecília] a venda de terrenos e o financiamento para a compra de material de construção e da casa própria pelos empregados, além de transferir para a

Prefeitura de Volta Redonda a responsabilidade sobre seu patrimônio público. (MOREIRA, 2000:101)

Essas medidas estavam de acordo com o primeiro Plano Siderúrgico Nacional, de 1968, que propunha a venda de casas das empresas do setor para seus empregados, mobilizando tais recursos para os investimentos industriais. Sendo proposta presente na Reforma Administrativa implantada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a qual determinava que empresas públicas deveriam agir como empresas privadas, sendo lucrativas e autofinanciáveis. Tais mudanças eram apresentadas pela CSN como uma nova etapa de valorização da autonomia e da responsabilidade da comunidade. O período anterior passaria a ser caracterizado como “paternalista” e “assistencialista”.

Deste modo, deixou a CSN a política paternalista que caracterizou suas atividades e adotou os princípios modernos de comportamento empresarial perante a sociedade. Quanto à administração geral da empresa, vem adotando medidas progressivas que tendem a eliminar toda e qualquer atividade que não esteja relacionada diretamente com a produção de aço. [...] A imobilização de capital que tais imóveis representam, as despesas de conservação e administração que pesam nos custos e nos resultados econômico-financeiros da empresa, são fatores que devem ser eliminados em favor da rentabilidade do negócio.¹ (Apud MOREL, 1989:425)

As transformações na gestão da mão-de-obra, assim como a venda das casas da cidade operária, ocorreram no mesmo momento do fim da estabilidade no emprego (Lei nº 5.107, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Embora com suas especificidades, as visões dos economistas liberais presentes no choque de propostas para a solução da crise, iniciada no pré-1964, e os argumentos administrativos em defesa da modernização da gestão da empresa, nos anos 60 e 70, têm a mesma direção das interpretações dos relatórios produzidos no âmbito militar sobre os impactos locais do pretendido maior projeto de expansão produtiva da usina, nomeado Plano de Expansão D.² O Plano de Expansão D, discutido em âmbito governamental desde o início dos anos 60 devido à crescente demanda por aços planos no mercado

¹Exposição do Diretor de Pessoal e Serviços Sociais, Jorge Mafrá Filho. *O Lingote*, n.222, Ano XVIII, Nov/Dez. 1971.

²Os relatórios constituídos, naquele momento, dentro do âmbito militar, foram: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg). Delegacia do Estado do Rio de Janeiro. *Ciclo de estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. 1971. ADESG. *Situação Sanitária de Volta Redonda*. 1971. ADESG. *Problema Educacional de Volta Redonda*. 1971.

interno, teve o início de sua execução em 1969, sob a égide dos militares, tendo como objetivo levar a empresa à sua capacidade máxima de produção. Nos relatórios produzidos no âmbito dos estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), ao analisarem o histórico da localidade quanto à relação capital-trabalho, há a desqualificação do período pré-1964 como um momento em que estas relações foram perpassadas por preocupações não racionais que geravam a acomodação dos indivíduos através de uma política de distribuição não comprometida com a produtividade e crescimento econômico.

Criou-se um círculo vicioso entre a Companhia e a comunidade, originando toda a conotação paternalista, com prejuízo flagrante para a evolução natural desta comunidade em torno de seus valores e tradições culturais. [...] Mesmo com a emancipação do município continuou a empresa a responder pela administração da grande área urbana, com reflexos diretos no custo de sua produção e no bem estar de seus empregados. Somente na década de 60 é que ela despertou para transferir para a comunidade os encargos que lhe cabia.³

A execução do Plano de Expansão D deveria ser, a partir de então, o único alvo das preocupações da empresa, fato que teve importantes conseqüências sociais para a população local, pois, além de conformar uma nova política gerencial da CSN, levou à reformulação do espaço social, de acordo com as premissas liberais e militares expostas anteriormente. Para a garantia de controle sobre tal operação, a partir de 1973 a cidade foi considerada Área de Segurança Nacional, com forte presença militar em diversos âmbitos institucionais, por exemplo na Prefeitura e na gestão da siderúrgica.

Modificações no mercado de trabalho e espaço urbano

As décadas de 1960 e 1970, a partir do Golpe, representaram um corte na experiência operária em âmbito nacional.⁴ Em Volta Redonda essa questão nos remete à reformulação, a partir daquele momento, do coletivo de trabalhadores presente na cidade, num contexto de vinda de migrantes de baixa qualificação ao mesmo tempo em

³ADESG. *Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. pp.35-36.

⁴Como exemplos dessa experiência, no Estado do Rio de Janeiro, podemos citar: SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Tempo*. n.7, 1997, p.99-127. RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, 1991.

que, a partir da modernização da usina, engenheiros e outros trabalhadores, com nível superior, também afluíram para a cidade. Os próprios operários da CSN viviam uma nova experiência, marcada por novos condicionamentos materiais e políticos que teriam reflexo na percepção subjetiva daquele coletivo. O espaço da cidade, marcado pelas emergentes transformações - em especial, pelo uso mercadológico das propriedades da CSN (lotes e casas), as quais abrangiam as melhores regiões da cidade, teria que abrigar os migrantes pobres em busca de oportunidades de emprego, os trabalhadores já sediados na cidade, mas que haviam perdido o direito de morar nas casas da CSN, e os trabalhadores “qualificados” (entre gerentes e técnicos) necessários à modernização da fábrica e privilegiados pela política econômica ditatorial, pois, devemos lembrar, aqueles foram anos marcados por uma forte concentração de renda.⁵

Assim, em termos de formação da classe, uma nova geração de trabalhadores dividida em diferentes coletivos se relacionou de maneira diferente à instituição de um novo mercado de trabalho e às reformulações do espaço urbano. Essa nova geração surgiu a partir da reelaboração de referenciais identitários anteriores. Segundo Pessanha e Morel, “esse momento será vivido como a perda da 'proteção' (casas) e dos 'direitos' (a estabilidade)” pelos trabalhadores (PESSANHA e MOREL, 1991:76). Tal processo motivou a constituição de novas hierarquias internas à classe e novas possibilidades de integração.

Como vimos anteriormente, Souza, em 1989, ao mencionar o processo de construção identitária da primeira geração de trabalhadores, apontou que a identificação de “arigó”, mesmo permeada por clivagens internas, indicava a imagem do trabalhador migrante que conquistara um lugar seguro em uma nova localidade onde muitos constituíram suas famílias. Naquele mesmo texto, a autora insinuou as novas reelaborações identitárias ocorridas nos anos 70: “só a partir de 1970, com a perda da estabilidade e a introdução do FGTS e com a reforma administrativa da empresa, onde todo o seu aspecto assistencial será desmobilizado, é que os trabalhadores mais jovens passarão a se chamar “peões”, aqueles que rodam, e estão no mesmo lugar” (SOUZA, 1989:14-15). Quanto ao aspecto subjetivo dos trabalhadores, essa passagem suscita uma

⁵Um importante debate contemporâneo à questão da distribuição de renda nos anos 70 encontra-se em: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

questão de suma importância relacionada à auto-percepção daquele coletivo, a partir de então.

Frente às políticas de gestão que valorizavam a antiguidade e assiduidade dos trabalhadores através de prêmios e da concessão de moradias nos tempos de construção da “família siderúrgica” devido às necessidades de fixação dos mesmos, aquela primeira geração construiria uma auto-imagem de valorização de seu saber e experiência prática, conquistados ao longo dos anos de trabalho. Embora nos anos 50 tenham ocorrido mudanças administrativas no sentido de incentivo à escolarização, o tempo de trabalho na empresa, desde sua criação, continuaria sendo um dos principais critérios para promoções e benefícios. Na aurora dos anos 60, junto às perspectivas de construção de longas trajetórias na empresa, os trabalhadores desenvolveriam um forte orgulho profissional, ligado à geração dos anos 50, quando muitos, através da escolarização, puderam galgar melhores cargos na empresa (PESSANHA e MOREL, 1991:76). Mesmo que essas mudanças já tivessem estabelecido diferenciações entre os trabalhadores naqueles anos, seria nos anos 60 e 70 que essas expectativas geracionais seriam quebradas.⁶

Com relação ao mercado de trabalho, nos anos 70, a principal característica da política gerencial da CSN foi a tentativa de preparar os trabalhadores para as mudanças associadas à introdução de novas tecnologias, previstas no Plano de Expansão D. Tais mudanças deveriam contemplar a renovação tecnológica e a introdução de processos automatizados para toda usina. Por meio da consultoria de uma firma americana, a Arthur D. Little, a partir de 1972 buscou-se a modernização e maior racionalização do sistema administrativo da empresa, sendo que, de forma concomitante a este processo, houve uma importante alteração na forma como se concebia o conjunto de trabalhadores, através da delimitação do que seriam trabalhadores “estratégicos” e “periféricos”.

Embora a maior parte dos postos periféricos estivesse ligada a tarefas de limpeza ou construção, executadas por operários não-qualificados ou semiquilificados, a Companhia também transferiu para as empresas subcontratadas alguns postos qualificados.

A diferenciação de um grupo de operários “estratégicos”, com mais estabilidade e melhores condições de trabalho do que os operários “periféricos”, foi uma resposta da empresa aos problemas de mão-de-obra excessiva. (MANGABEIRA, 1993:70)

⁶Sobre tensões geracionais, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Após o início do programa de modernização, em 1975, diversas empresas interessadas no fornecimento de serviços necessários ao processo de expansão da usina se instalaram em Volta Redonda. Essas empresas ampliaram o mercado de trabalho regional reforçando as condições para a existência de um mercado para operários “periféricos”. Novas diferenciações marcariam o espaço fabril, em especial, no que tange à formação profissional e às condições de trabalho, pois o trabalho nas empreiteiras se caracterizava pela alta rotatividade e piores condições de segurança. Cabe lembrar que, naquele momento, sufocadas as possibilidades de pressões político-sociais, as condições de trabalho acabariam sendo definidas em função das condições do mercado (SADER, 1988:87).

A CSN, através de tais medidas, estabeleceu um mercado interno para seus trabalhadores, com alta valorização da qualificação, sendo que externamente a esse mercado “estratégico” prevaleceram as ocupações nas empreiteiras da construção civil pesada, voltadas para o Plano de Expansão D. Frente ao autoritarismo gerencial, ligado à política de precarização do trabalho proposta pela nova gestão da CSN, muitos operários desenvolveriam um sentimento de indignação tendo por base as relações históricas estabelecidas anteriormente com a empresa.

Luis Lopes Neto, militante sindical nos anos 80, concluiu o Curso de Aprendizagem Industrial (CAI) em 1966, na Escola Técnica Pandiá Calógeras, escola criada pela CSN nos anos 40. Tendo se tornado um profissional em mecânica, imediatamente foi admitido como servente na Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM), importante área de reparo e fabricação de peças para a CSN com presença de trabalhadores de alta qualificação. Mesmo não estando satisfeito com o cargo inicial, afirmou que “o importante era estar dentro da usina”.⁷ Já em seus primeiros tempos na siderúrgica entraria em choque com a gestão autoritária presente na fábrica:

Teve um período que eu fui perseguido por causa de cabelo. A chefia não queria a gente com cabelo grande e chegou um período que eu deixei meu cabelo vir quase na cintura, pra mostrar que não era cabelo que ia mostrar meu profissionalismo. Eu enrolava o cabelo e jogava por baixo do capacete e quando chegava a chefia, eu jogava tudo nas costas e ficava passeando. Fazia questão de ficar passeando e passar perto dos chefes com aquele cabelo grande.⁸

⁷Luis Lopes Neto, mecânico aposentado, dirigente do sindicato dos metalúrgicos regional entre 1983 e 1989, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva em 29 de julho de 2008.

⁸Idem.

Nessa passagem, percebemos como em tempos de difícil mediação política do descontentamento operário há uma atualização do orgulho e dignidade profissional presentes desde a formação daquele coletivo. Segundo Sader “o orgulho profissional expressa, sobretudo, a experiência da importância de seu trabalho para o processo de produção. Por isso mesmo freqüentemente essa atitude não implicou uma submissão às normas patronais para ascender na empresa” (SADER, 1988:87).

Esses trabalhadores especializados, não mais estáveis e sem as possibilidades de socialização política para canalização de descontentamentos, como os da primeira ou segunda geração de operários, ao mesmo tempo em que poderiam resistir, mesmo que individualmente, à opressão do cotidiano fabril, buscavam garantir uma trajetória “segura” dentro da empresa. O soldador Francisco Severiano, por exemplo, justifica sua “opção” pelo FGTS, no início dos anos 70, como única possibilidade viável, pois caso contrário seria demitido e não era possível deixar a CSN, pois “aqui fora não havia segurança para construir sua vida”.⁹ Ainda segundo Sader: “As diferenças no mercado de trabalho se expressaram, por sua vez, numa diferença entre aqueles que se reconheceram no trabalho, que se valorizaram através dele, e os que viveram de um emprego para outro. É o orgulho dos profissionais e a instabilidade dos peões” (SADER, 1988:88).

A rotatividade, naquele período, aplacaria especialmente os trabalhadores identificados como “peões”. Entretanto, na realidade estudada por Sader o termo “peão” estava vinculado, em grande medida, ao trabalhador submetido à prática de contratações e demissões, comum às linhas de montagem da grande São Paulo. Em Volta Redonda, o termo identificaria, de forma mais precisa, o trabalhador migrante empregado nas empreiteiras envolvidas no processo de expansão da usina. As representações subjacentes a esse termo diziam respeito às diferenciações no mercado de trabalho, assim como à condição dos migrantes em sua relação com o espaço urbano. Essa

⁹Anotações realizadas em caderno de campo, em 29 de dezembro de 2009 acerca de conversa com Chico Severiano e Sr. Benedito. O primeiro, autor da expressão utilizada no texto, ingressou na CSN nos anos 60 e ascendeu através de cursos internos. O segundo, migrante dos anos 70, trabalhou na Siderúrgica Barra Mansa e após trabalhar em diversas empreiteiras não se fixou no trabalho industrial, desempenhando atividades em outros setores. Chico, hoje aposentado, na ocasião de nosso encontro, trocava os pneus de seu moderno carro na borracharia em que Benetido é borracheiro.

diferenciação, a princípio, adquiriu valoração pejorativa e preconceituosa tanto no tocante ao coletivo de trabalhadores em que se inseriam como para a comunidade local.

Em janeiro de 1976, no primeiro número do “Jornal Opção”, um semanário local redigido por jovens jornalistas da localidade, a reportagem de capa teve como título “O operário de mochila na mão”.¹⁰ A extensa reportagem mencionava a construção de alojamentos pela CSN no bairro Aterrado: “136 alojamentos tipo ‘barracões’ com 6 camas de beliche de madeira em cada quarto”. A cidade se preparava para receber cinco mil operários contratados por empreiteiras. A reportagem os estigmatizava como seres “acostumados a viver trocando de lugar e obras como se troca de camisas”, sem apego familiar, com problemas de solidão e semi-analfabetos. A partir da edição de N. 40, de março de 1977, o jornal adotou a figura de um rato, chamado “Ed-imundo”, sempre presente nas ilustrações sobre os problemas urbanos da cidade, um dos principais temas do jornal.

Naqueles anos, a cidade expandiria ainda mais sua formação urbana concêntrica, em torno da CSN, forma que expressava os níveis de distanciamento do centro urbano, ou seja, da área planejada nos anos 40, localizada no centro-sul da cidade.¹¹ Essa região, que tinha como marco central a Vila Santa Cecília, lugar onde se localizava o imponente Escritório Central da siderúrgica, concentrava os equipamentos urbanos mais importantes (escolas e hospitais, entre outros), possuindo também a melhor infra-estrutura urbana. Em torno dessa região residiam a classe média local (técnicos e engenheiros) e as pessoas de maiores rendimentos (diretores e gerentes).

Embora o sudoeste da cidade também tenha sido alvo de um grande crescimento periférico, o norte é que se destacaria como área de ocupações, favelas e piores bairros. Desde o grande influxo migratório dos anos 50, foi na região norte que a população mais pobre se estabeleceu de forma mais intensa, em especial no bairro Retiro e em suas proximidades. Naqueles anos, aos migrantes pobres restava buscar se instalar nessas regiões recentes, distantes do centro e sem o mínimo de infra-estrutura e equipamentos públicos.

¹⁰ *Jornal Opção*. 6 a 12 de junho de 1976.

¹¹ Para maiores detalhes sobre o mapeamento dos bairros surgidos nos anos 70 e da nova geografia social apresentada pela cidade, a partir de então, ver: SILVA, Eduardo Ângelo da. “*Arigós*” e “*peões*” na “*Cidade do Aço*”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH-UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010, p.116-129.

Um Grupo de Trabalho, sob a presidência do Coronel Ivan Melo Cavalcanti e formado por representantes da Companhia Habitacional local (COHAB-VR), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da cidade (IPPU-VR) e do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), produziu, em 1979, um documento intitulado “Estudos para uma política habitacional e controle de migrações”, no qual a explicação para a proliferação “indiscriminada” de favelas estava diretamente relacionada à figura do “migrante-favelado”. Segundo o documento, devido a seus baixos salários, a sua família numerosa e ao comodismo “natural do migrante”, eles se colocariam à sombra do poder público através da instalação de seus barracos em qualquer lugar.¹² O GT propôs práticas que coibissem a migração, mas o presidente da COHAB-VR contestou a proposta, afirmando que “a adoção de um mecanismo coibidor da migração de mão-de-obra implicaria a paralisação da CSN”.¹³

Mediante tal quadro estigmatizante não é de se estranhar os preconceitos existentes entre os trabalhadores, conformados não apenas no mercado de trabalho, mas na vivência do espaço. Segundo Zeomar Tessaro, migrante natural do Espírito Santo, uma percepção comum à época era que o “operário da CSN era o primo rico do operariado da construção civil”, pois “o cara alcançava um status e acabava se achando mais valioso ou mais poderoso”.¹⁴

Trabalhadores entre amálgamas e fraturas

A segmentação do espaço urbano e do mercado de trabalho geraria fraturas no coletivo de trabalhadores, mas um importante episódio, exemplo da fragmentação existente, apontou como identificações estariam em andamento no período. No dia 15 de outubro de 1979:

Três mil trabalhadores da Construtora Norberto Odebrechet rebelaram-se no final da tarde e quebraram e incendiaram escritórios e refeitórios, apesar da intervenção da Polícia Militar. Os operários desde a manhã vinham assediando a direção da empresa, pedindo aumento da hora de trabalho de Cr\$16,20 para Cr\$17,80. [...] Um carro da firma de vigilância Rane S.A., foi

¹²Prefeitura Municipal de Volta Redonda (PMVR). *Estudos para uma política habitacional e controle de migrações*. 1979.

¹³Idem.

¹⁴Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva, em 28 de janeiro de 2009.

destruído. [...]Cerca de 500 quilos de comida, que estava pronta no refeitório, foi atirada pelos trabalhadores no córrego Secades, que passa no fundo da firma.¹⁵

Os alvos escolhidos pelos trabalhadores corresponderam aos elementos que compunham as péssimas condições de trabalho, numa ação de racionalidade própria, que lembra os motins do clássico texto de Thompson (THOMPSON, 1998:150-202). Após esse primeiro momento, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade, onde, posteriormente, obtiveram o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esse episódio, que ficou conhecido especialmente entre os operários da CSN como a “greve dos peões”, não contou com amplo apoio destes, apenas alguns militantes esparsos estiveram presentes. No entanto, as Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja local, com a participação do Bispo Dom Waldyr Calheiros, teriam uma presença marcante na mediação do conflito e na organização, durante a greve, de cozinhas para a alimentação dos “peões”.

Acreditamos que a clivagem entre “funcionários da CSN” e “peões”, assim como a atuação da Igreja progressista naquela greve, foram devidas às diferentes formas de mediação política que aqueles coletivos acabaram construindo através de suas lutas ao longo dos anos ditatoriais. Embora não tenhamos desenvolvido tal questão com profundidade, é possível perceber que a inserção da Igreja foi muito forte nas áreas periféricas da cidade. Em dezembro de 1976, ao ser questionado sobre a construção de uma nova catedral na Vila Santa Cecília, num terreno doado pela CSN, Dom Waldyr Calheiros apontava como meta prioritária “a construção de Capelas e de Salões nos bairros afastados para que aquele pessoal pudesse ser atendido”.¹⁶ Os bairros periféricos seriam os espaços de prioridade da ação da Igreja a partir de então, fato que geraria uma maior identificação e socialização política da população periférica via mediação do discurso religioso. O fato é perceptível no processo de construção das associações de moradores da periferia urbana nos anos 70 e 80.¹⁷

Zeomar Tessaro foi um migrante e trabalhador da construção civil, morador do bairro Siderlândia, situado na parte norte da cidade, que teve suas primeiras experiências

¹⁵ *O Globo*. 16 de outubro de 1979.

¹⁶ *Jornal Opção*. 28 de novembro a 4 de dezembro de 1976.

¹⁷ Sobre este tema, conferir: SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

políticas via pastorais operárias e movimento estudantil na luta pelo direito ao “passe” escolar, ou seja, pelo acesso aos espaços da cidade. Sua narrativa abaixo demonstra como, a partir da ação da Igreja progressista nos bairros, surge um discurso de oposição à estratificação do coletivo de trabalhadores nos locais de trabalho e moradia:

[...] o peão, o chamado peão de obra. Um se veste melhor o outro se veste mais inferior e tal, mas eu acho assim, o que mais chocava a gente era na hora do almoço. [...] As pessoas na verdade, elas tinham vergonha. Porque o que elas carregavam na marmitta? Arroz e feijão. Então algumas pessoas tinham vergonha dessa realidade. [...] Aí você vai ver que tem várias situações: um tem a família grande e o outro tem a família menor, a casa melhor, o outro vive num lugar mais distante. O preço de sua passagem pode ser mais barata, mas a do outro é mais cara e não tinha vale-transporte. Enfim, são essas coisas que a gente foi procurando equilibrar aquilo. [...] Eu tinha que estar igual a eles, mas eu não queria estar daquele jeito não, eu queria que ele estivesse junto comigo. Quando você quer que as coisas melhorem tem que melhorar pra todo mundo. Por isso não adianta você melhorar sozinho, você vai subir, nego te dá uma porrada e você cai. Esse espírito cristão de querer as coisas em comum é que vai nos levando a fazer com que as coisas possam estar caminhando de acordo com que todo mundo tenha o mesmo direito, façam as mesmas coisas. Quer dizer, é o princípio básico do socialismo mesmo. Então isso é uma coisa que tá na gente.¹⁸

Por outro lado, a tradição de luta por direitos, das gerações de operários da CSN, o sentimento de injustiça frente às dispensas de trabalhadores militantes no ano de 1964, as demissões dos mais antigos nos anos 70 e a “indignidade” vivida pelos que permaneceram na usina após as grandes mudanças daqueles anos conformaram a trajetória política desse coletivo em outras bases e com outros sentimentos.

A socialização desse grupo de operários variou entre os anos mais duros da ditadura e os próximos à abertura política. Em meados de 1970, havia um grupo de militantes em torno de um Departamento Trabalhista do Movimento Democrático Brasileiro ou, como era chamado, “MDB trabalhista”, criado por operários da CSN perseguidos após o Golpe de 1964 e que contava com a presença de ex-comunistas, opositores à Aliança Renovadora Nacional e outros participantes que, em sua maioria, haviam sofrido perseguições a partir do Golpe¹⁹. Esse grupo lutaria pela anistia dos perseguidos políticos e também pela “anistia” dos prejudicados pela empresa, tanto no episódio de 1964 como nos momentos posteriores, quando muitos operários não receberam as devidas indenizações ao “optarem” pelo FGTS. Lideranças desse grupo,

¹⁸Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva, em 28 de janeiro de 2009.

¹⁹Marlene Fernandes, professora e militante sindical nos anos 80, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva, em 15 de fevereiro de 2009.

mais tarde, participariam da formação da Oposição Sindical Metalúrgica. Com o fim do Ato Institucional N° 5, em 1978, a conquista da Anistia política e a realização da reforma partidária, em 1979, os diferentes espaços de mediação da experiência de classe poderiam melhor interagir.

Esse novo contexto possibilitaria, em 25 de maio de 1981, por exemplo, a realização de um grande ato público contra as mais de 3000 demissões anunciadas pela CSN que atingiriam desde trabalhadores altamente especializados de subsidiárias da siderúrgica a trabalhadores de empreiteiras contratadas.²⁰ O ato foi realizado no centro da cidade (Praça Brasil) com a participação de diversas entidades e correntes políticas. Entre os que tomaram a palavra no caminhão de som estavam: representantes das oposições sindicais locais (da construção civil, fundada a partir da “greve dos peões”, e da CSN); representantes de outros sindicatos do Estado, em apoio ao ato (de metalúrgicos, dos químicos, e etc.); membros da Convergência Socialista; estudantes; representantes do PT; representantes de Comunidades Eclesiais de Base; entre outros.²¹ A nova década se descortinava colocando em cheque a “segurança” possível aos qualificados e trazendo a ameaça do desemprego, que seria comum a todos.

A partir de então, os movimentos organizados se aproximariam cada vez mais. Na greve dos operários da CSN de 1984, um ano após a conquista do SMVR pela Oposição Sindical metalúrgica, primeira do ciclo de greves dos anos 80, a participação popular seria marcante. Acreditamos que tal aproximação tenha se dado pelos canais acima expostos, que cruzaram a experiência nos locais de trabalho e moradia. Uma organização nos bairros periféricos, com maior participação da Igreja progressista, estabeleceu conexões, gradativamente, com organizações operárias surgidas em oposição às novas posturas da CSN.

Conclusão

Ao tratar do coletivo de trabalhadores em Volta Redonda, no período indicado, procuramos perceber as formas como o espaço social se relacionou à condição de

²⁰Tal desemprego seria reflexo da desaceleração do processo de expansão da CSN. *Jornal Opção*. 30 de dezembro a 5 de janeiro de 1980.

²¹Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Notação: 152-B, folha 2385.

insegurança estrutural dos trabalhadores (SAVAGE, 2004:25-48) informando a conformação de estratégias e identidades que influenciaram as formas de ação política frente a outros agentes imersos na dinâmica social. Sem a consideração de tais aspectos, acreditamos que a percepção das ações e identificações coletivas seria de pouca inteligibilidade e criticidade.

A partir do Golpe de 1964, os trabalhadores da cidade viveriam uma política de diferenciação das condições de trabalho e de grande seletividade, via mercado, na fixação da mão-de-obra. Em diálogo com os referenciais identitários do período anterior, tais transformações suscitaram percepções culturais que expressariam novas possibilidades de identificação e dispersão dos trabalhadores, presentes na vivência do espaço fábrica-cidade. Se, por um lado, estas percepções hierarquizaram contingentes internos à classe, por outro lado, informaram através da figura dos “peões” a realidade dos novos tempos, tempos de rotatividade e ocupação periférica do espaço urbano. A partir das mediações institucionais construídas, com a ação da Igreja progressista na periferia e a construção de novos espaços de atuação política, por parte dos trabalhadores (as Oposições Sindicais, por exemplo), uma visão acerca da condição única compartilhada pela classe trabalhadora local pôde ser construída.

Bibliografia

MANGABEIRA, Wilma. *Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. *Revista História & Luta de classes*. n.1, Abr. 2005. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicato no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN: um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação CSN, 2000.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A Ferro e Fogo – Construção e Crise da “Família Siderúrgica”*: o caso de Volta Redonda (1941 –1968). Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, 1991.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In.: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Eduardo Ângelo da. *“Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”*: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH-UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Arigó: o pássaro que veio de longe*. Volta Redonda, 1, 1, 10-15, 1989.

THOMPSON, E. P.. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.